



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

**PRODUÇÃO ALIMENTAR, POTENCIAL PRODUTIVO E DESAFIOS À
CONTINUIDADE DE FAZERES E SABERES RURAIS- EXPERIÊNCIAS DE
AGRICULTORES FAMILIARES NO PONTAL DO ARAGUAIA –MT**

Regiane Caldeira¹
Alan Kardec Messias da Silva²
Jéssica Rodrigues Batista³
Liedson Liedson Garai Cortez⁴
Rodrigo Tarsitano⁵
Ary Gertes Carneiro Junior⁶
Marla Weihs⁷
Luciane Rannow Prass⁸
Leidiany Pereira da Silva Souza⁹

GT 11: Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar.

RESUMO

Esforços empreendidos ao longo da caminhada por viabilizar possibilidades sustentáveis de vida para agricultores familiares têm apresentado suas conquistas, encontram-se contudo, longe de chegar ao ponto ideal. Diante da necessidade crescente por qualidade de vida, o mínimo que se espera é possibilidade de viver e não apenas sobreviver. Com este olhar, o presente trabalho intenta analisar experiências de agricultores familiares residentes em assentamentos no município de Nova Xavantina relativas a produção alimentar, potencial produtivo e desafios à continuidade de seus fazeres e saberes. Os dados foram gerados a partir de visitas a 7 (sete) assentamentos durante 2022 e 2023. Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, com utilização de entrevistas semi-estruturadas e observação. Os resultados mostram significativo potencial produtivo dos agricultores, com conhecimentos e práticas capazes de multipliar em muito o que produzem no momento. Porém, essa potencialidade é contida pela limitada organização social e falta de licenças para comercializar parte de suas produções.

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, regianecaldeira@unemat.br

² Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, allankardec@unemat.br

³ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, jessica.rodrigues1@unemat.br

⁴ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, liedson.garai@unemat.br

⁵ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, rodrigotarsitano@unemat.br

⁶ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, ary.gertes@unemat.br

⁷ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, marla@unemat.br

⁸ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, luciane.prass@unemat.br

⁹ Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, leidiany@unemat.br

Palavras-chave: agricultura familiar; produção alimentar; comercialização; resiliência.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda questões ligadas à agricultura familiar existente em assentamentos do município de Nova Xavantina –MT. Os assentamentos visitados foram: Banco da Terra, Ilha do Coco, Piau, Rancho Amigo, Beira Rio, Pé da Serra e Nova Canaã ao longo de 2022 e 2023. O objetivo geral centra-se em analisar experiências de agricultores familiares residentes em assentamentos no município de Nova Xavantina relativas a produção alimentar, potencial produtivo e desafios à continuidade de seus fazeres e saberes rurais.

A agricultura familiar pode ser definida como a produção agrícola realizada por famílias em áreas rurais, utilizando predominantemente mão de obra familiar. Geralmente, o agricultor possui uma pequena propriedade rural e vende sua produção localmente, contribuindo para a segurança alimentar e a economia local. É uma forma efetiva de combate à pobreza e à exclusão social, e pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional das populações rurais e urbanas. Trata-se de uma forma de produção que, em sua maioria, respeita e conserva a biodiversidade e os recursos naturais, promove a agricultura de base agroecológica, e pode contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Este estudo busca contribuir com a produção científica de informações voltadas ao campo da agricultura familiar, especificamente de produções presentes no Pontal do Araguaia -MT. Considerando que o estado de Mato Grosso se destaca nacionalmente e internacionalmente por monoculturas como a soja, intenta-se expor um tímido recorte sobre a ampla realidade que existe em termos de diversidade na produção de alimentos e saberes dos locais em questão.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Agricultura familiar: campo de lutas

Todos os espaços da vida se apresentam como campo de lutas, seja na vida humana, animal ou das plantas. Nos múltiplos lugares do viver as lutas são travadas pelo domínio de espaço, este contudo, carrega em si de forma intencional ou não a busca por poder. Poder existir, poder para dominar, poder ver e ser visto, poder para continuar, dentre muitos outros poderes.

Bourdieu (1996) destaca por meio do conceito de campo justamente essa arena de lutas físicas e simbólicas que ocorrem continuamente. Lima (2010, p. 15), com base em Bourdieu destaca:

o campo é o espaço de práticas específicas, relativamente autônomo, dotado de uma história própria; caracterizado por um espaço de possíveis, que tende a orientar a busca dos agentes, definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais - todo um sistema de coordenadas, relacionadas umas com as outras, que é preciso ter em mente (não quer dizer na consciência) para se entrar no jogo. Entrar no jogo é manejar esse sistema de coordenadas. O campo é estruturado pelas relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes e instituições, que determinam a forma de suas interações; o que configura um campo são as posições, as lutas concorrenciais e os interesses.(LIMA, 2010, p.15).

A própria natureza se faz exemplo, essas lutas contudo, não requerem necessariamente a aniquilação do outro para existir como ocorre em muitos casos, pode se realizar de forma cooperativa e harmoniosa, diversa e saudável. É o que busca agricultores familiares quando lutam para ter um pedaço de terra, plantar, comer, compartilhar e viver de forma digna.

A agricultura familiar (AF) representa um modelo de produção caracterizado pela interação entre gestão e trabalho. É mediante a esse modelo que os agricultores familiares lideram o processo produtivo, priorizam a diversificação e contam principalmente com o trabalho familiar, tendo como principal fonte geradora de renda a atividade agropecuária. Além disso, o agricultor familiar apresenta uma relação profunda com a terra, sendo ela seu local de trabalho, moradia (MDA, 2019) e espaço de construção da vida como um todo.

As atividades da agricultura familiar representa a unificação entre o manual e intelectual, trabalho e vida, produção e desenvolvimento (PLOEG, 2014). Sob esse viés, observa-se que a agricultura familiar também abarca uma diversidade de grupos como povos e comunidades tradicionais, assentados de forma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (MDA, 2019).

Um dos papéis fundamentais da AF assenta-se no setor econômico, ao abastecer a mesa de milhares de brasileiros com diversidade de produtos alimentares e se manifestar como fonte de trabalho e renda para muitas famílias agrícolas, além de estimular o desenvolvimento socioeconômico em várias regiões do país (MATOS, 2021).

Ademais, a agricultura familiar possui o potencial de aumentar a resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais, ao oferecer oportunidades de trabalhos para uma ampla parte da sociedade, contribuindo significativamente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas (PLOEG, 2014). Walker et al. (2004) esclarece que resiliência é a capacidade do sistema continuar a apresentar as mesmas funções, estruturas e contornos ao passar por grandes drásticas ou graduais, de ordem natural ou social. Quando há a perda da resiliência, o sistema se defaz, não apresenta forças para continuar. Ser resiliente pode ser entendido então,

como a capacidade de continuar realizando esforços, mesmo sofrendo pressões de diferentes ordens.

Outro aspecto importante é a segurança alimentar através do consumo de produtos provenientes da agricultura familiar. Essa dinâmica ocorre dada a produção agrícola familiar superar a produção que antes era destinada apenas ao consumo dos próprios agricultores, esse excedente contribui para o acesso e a disponibilidade de alimentos para a comunidade de forma geral (GAZOLLA, 2004). Segundo Ploeg (2014, p. 11) isso ocorre graças “as práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas [...]”. Dentro deste campo, os agricultores passam a aprimorar e desenvolver tecnologias que buscam a melhoria de vida, não apenas das pessoas, mas também das plantas e dos animais. Não apenas do rural, mas também do urbano. Esses dois últimos funcionam de forma relacional, não se pode observá-los sem olhar para suas interpenetrações e interdependências (FAVARETO e MARTINS, 2022).

Produção de alimentos e comidas: elementos fortalecedores da resiliência de agricultores familiares

As palavras alimento e comida são muitas vezes utilizadas como sinônimos, é possível porém realizar distinções entre elas, sendo o alimento algo mais voltado à questões nutricionais e a comida algo em que a cultura se faz presente de forma mais aprofundada. Montanari (2013, p.10) destaca que

a comida para os seres humanos é sempre cultura, nunca apenas pura natureza. A humanidade adotou como parte essencial de suas técnicas de sobrevivência os modos de produção, preparação e consumo dos alimentos, desde o conhecimento sobre as plantas comestíveis até o uso do fogo como principal artifício para transformar o alimento bruto em um produto cultural, ou seja em comida. A cozinha, assim, funda a própria civilização.

Elemento central da vida humana, a comida por sua composição nutritiva e cultural estabelece contínuas relações entre produção, consumo e modos de vida. As produções presentes nas roças, quintais, fogões e mesas dos agricultores familiares são bastante característicos de seus modos de vida.

A culinária, como um conjunto de caracteres que possibilitam a produção de comida, como os alimentos, utensílios, vestimentas, as técnicas de preparo, técnicas de plantio, armazenagem, crenças, memórias, dentre outros. Pode ser considerada uma ferramenta para o fortalecimento da resiliência dos grupos, pois envolve a capacidade de adaptação e superação de desafios. Em tempos de crises e em tempos de abundância as comidas geralmente se

modificam, seja em tipos, quantidades e regularidade de ingestão. Em momentos de dificuldade e também de felicidade pode ser instrumento de conforto emocional, para tanto há o conceito de *comfort foods* (CALDEIRA e FAVA, 2016), aquelas que reavivam no comedor (POULAIN, 2013) sentimentos de bem-estar, de bons momentos vividos onde a comida se torna um marcador.

Entende-se que todo espaço ou lugar possui uma significação de existência que o torna singular, capaz de constituir pertencimento e identidades. Tais práticas exercidas no cotidiano da comunidade vêm consolidar referência a um grupo, comunidade ou região (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008), a culinária caracteriza-se como um desses espaços, sendo a comida preparada em ambientes rurais, especialmente aqueles que mantêm elementos de ruralidade como na agricultura familiar, um dos exemplos mais proeminentes.

Através da comida mantém-se viva a memória e identidade da cultura de uma comunidade. É importante a preservação deste saber fazer, a manutenção e transmissão continuada do conhecimento adquirido pelos povos, pois assim fortalece a identidade, a cultura e as práticas de seu patrimônio cultural material e imaterial. (FERREIRA; BRUSSIO; RODRIGUES; MOREIRA e SANTOS, 2019, p.1).

A Produção de alimentos e comidas nos ambientes de agricultura familiar são elementos fortalecedores de sua resiliência, sustentam corpos e forças culturais capazes de contribuir na contínua construção de significados, símbolos e identidades. Estes por sua vez, cooperam para coesão e visibilidade dos grupos como entes rurais, possuidores de características e saberes coletivos e individuais que os colocam como essenciais à formação de uma sociedade diversa em termos de produção alimentar e de saberes.

A culinária rural é uma forma de cozinha que valoriza os ingredientes locais e os métodos tradicionais de preparação de alimentos. Segundo Santos as dádivas sob a forma de comida, sempre tiveram um papel importante nas sociedades tradicionais para estabelecer e/ou reforçar os laços de solidariedade no conjunto da comunidade. As tradições culinárias rurais geralmente traduzem heranças passadas entre familiares e conhecidos, carregam importância cultural e social, pois representa um modo de vida e uma forma de conexão com a natureza e a terra.

Quando as produções ultrapassam as necessidades alimentares dos produtores e sua capacidade de armazenamento passam então a caracterizar um excedente que pode ser compartilhado via comercialização. A priori parece algo simples, mas os produtores enfrentam consideráveis desafios nesses processos, os quais muitas vezes os fazem limitar sua capacidade produtiva.

Comercialização de produtos da agricultura familiar

Em estudos desenvolvidos em Mato Grosso, Weihs e Olival (2021) apontam quatro ameaças basilares à manutenção dos sistemas agrícolas familiares, bem como à reprodução dos modos de vida das famílias agricultoras: i) a histórica baixa disponibilidade e o baixo investimento na adaptação das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento rural, para atender às vulnerabilidades da agricultura familiar; ii) a histórica falta de canais de comercialização de produtos e baixo investimento em diversificação; iii) a especialização da produção, sobretudo pecuária bovina; iv) a competição com grandes lavouras produtoras de grãos, seja no campo da obtenção de créditos e subsídios, como em termos de ocupação do espaço.

Muitos são os desafios à manutenção dos sistemas agrícolas, tomando especificamente as dificuldades para que se efetive a comercialização da produção familiar, nota-se que estas fragilizam extremamente os produtores por ser um processo essencial ao fortalecimento da resiliência dos agricultores via geração de renda, desenvolvimento rural, construção de suas identidades e autonomia.

A comercialização pode envolver intermediários que compram os produtos para revender, esta opção geralmente desfavorece o produtor por em sua maioria impor preços mais baixos sob a justificativa de ainda ter que revendê-los ao mercado. Outra opção é a venda direta dos produtos pelos agricultores familiares em feiras livres, em mercados locais e em programas governamentais, dentre eles, destacamos dois de abrangência nacional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PNAE é um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo, criado na década de 40 é gerenciado pelo Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e teve em 2009, com a Lei nº 11.947 um aperfeiçoamento ao garantir que no mínimo 30% dos repasses do FNDE seja destinado diretamente a compra de alimentos da agricultura familiar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, **no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar** e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no [art. 37 da Constituição Federal](#), e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

- I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
- II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;
- III - condições higiênico-sanitárias inadequadas (Brasil, 2009, grifo do autor).

Dessa forma as Unidades Executoras (EEx) que recebem os recursos do FNDE podem elaborar com base no orçamento e articulação com os atores sociais, um cardápio com pratos regionais e que estejam dentro de todos os controles de qualidades exigidos em chamadas públicas, que dispensa o processo licitatório.

O PAA que é atualmente regulamentado pelo decreto nº 11.476 de 2023 é um programa institucionalizado a apenas duas décadas, pela Lei nº 10.696 de 2003, que tem como principais objetivos, incentivar a agricultura familiar e a promoção ao acesso a alimentação.

Art. 4º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, **no mínimo trinta por cento serão destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares** enquadrados no disposto na [Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006](#), e de suas organizações, por meio da modalidade prevista no inciso V do caput do art. 3º, conforme o disposto no [art. 6º da Medida Provisória nº 1.166, de 2023](#).

§ 1º O disposto no caput será aplicado nas aquisições ou no fornecimento de alimentos por empresas contratadas pela administração pública, conforme critérios previstos no edital de licitação.

§ 2º Os órgãos e as entidades compradores poderão deixar de observar o percentual previsto no caput nas seguintes hipóteses:

- I - não recebimento do objeto, em razão de desconformidade do produto com as especificações demandadas;
- II - insuficiência de oferta na região, por parte dos agricultores familiares e das suas organizações, dos empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários que se enquadrem no disposto na [Lei nº 11.326, de 2006](#), para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou
- III - necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais, que deverão ser justificadas (Brasil, 2023, grifo do autor).

Dois destaque importantes no PAA são a manutenção de no mínimo 30% dos recursos serem destinados a agricultura familiar, alinhado com o percentual adotado no PNAE e o fato destes alimento serem destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar ou nutricional.

Em consonância os dois programas PNAE e PAA possibilitam por meio de cooperativas e associações de agricultores familiares, a venda em larga escala e a negociação de preços mais justos aos valores comercializados atualmente por esses agricultores.

De forma geral, a realidade nacional brasileira destaca como principais entreses ao desenvolvimento da agricultura familiar a falta de infraestrutura, logística e acesso aos mercados, além de barreiras sanitárias e burocráticas. Muitas vezes, os produtores não conseguem escoar sua produção, tendo que vendê-la a preços baixos ou até mesmo desperdiçá-la. Além disso, muitos não conseguem cumprir com as exigências legais e sanitárias, o que impede o acesso a mercados mais rentáveis.

CAMINHOS DA PESQUISA

Os dados fazem parte do Projeto de pesquisa Agroflorestas como estratégia de fortalecimento da resiliência dos agricultores no território Pontal do Araguaia, Mato Grosso, Brasil, fomentado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT.0000846/2022), cuja execução foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, CAAE 64571222.4.0000.5166) e do Projeto Resiliência dos agricultores familiares às ameaças da expansão da fronteira agrícola na zona de transição Cerrado-Amazônia, Mato Grosso, Brasil, institucionalizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT sob portaria 1133/2022.

Os dados foram gerados a partir de visitas a 7 (sete) assentamentos durante 2022 e 2023. A equipe de campo é composta por docentes e discentes de quatro Cursos da UNEMAT Campus Nova Xavantina, sendo Agronomia, Biologia, Engenharia Civil e Turismo. Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, com utilização de entrevistas semi-estruturadas e observação (AUGUSTO, C. A. et al, 2013). As entrevistas foram gravadas e transcritas, foram utilizados registros via fotos e vídeos. Todos estes contaram com a permissão dos interlocutores de forma escrita ou gravada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos quintais, roças e mesas

Não se pode afirmar que a fartura encontra-se presente em todas as propriedades visitadas, há também dificuldades que limitam a produção de alimentos e de animais, especialmente a força de trabalho, visto que muitos que estão nas propriedades são pessoas envelhecidas e enfraquecidas pela labuta dura de uma vida lidando com a terra, sol, chuva e frio. Mas em sua maioria as propriedades apresentam uma produção alimentar significativa que ultrapassa suas necessidades para consumo. Produzem verduras, legumes, ervas, frutas, frango, ovos, gado bovino, leite, derivados destes produtos, dentre outros. Os quintais, roças e casas são espaços carregados de diversidade, são elementos para comer, para enfeitar, para cooperar com outras produções.

Nas mesas as comidas confirmam o que perpassa os imaginários sociais, são comidas com sustância, o arroz, feijão e a carne se destacam dentre as produções culinárias como

comidas cotidianas. As verduras e legumes diretos da horta finalizam a composição. Os agricultores destacam de forma unânime que sua alimentação vivendo na roça é muito mais saudável do que na cidade, pois produzem praticamente quase tudo que precisam (foto 1 e 2).

Foto 1: horta



Fonte: Agrifampa, 2023

Foto 2: quintal das galinhas



Fonte: Agrifampa, 2023

Na mesa a representação de uma comida (foto 3) que se imagina como da roça, o frango caipira, pequi, couve, arroz, feijão, peixe frito, suco, sobre uma toalha de crochê. A comida foi preparada em fogão à lenha. Este almoço foi servido à equipe de pesquisa em uma das atividades campo realizadas em 2022. Nota-se que muitas leituras podem ser realizadas a partir deste prato: a questão da disponibilidade de alimentos específicos, as técnicas de produção herdadas e reconstruídas, as formas de apresentação, as memórias, a hospitalidade.

Foto 3: almoço: peixe, galinha caipira, pequi, arroz, feijão, couve e suco



Fonte: Agrifampa, 2022

A mesa da agricultura familiar compoe-se de cores, cheiros, sabores, conhecimentos diversos que se avolumam ao longo do tempo, passam mensagens de muito trabalho, mas também de aconchego, família e fé. O potencial produtivo, tanto alimentar quanto cultural é enorme, mas são desafiados por caminhos que não estão estruturados para tal e que não permitem a expansão deste potencial em sua totalidade. São muitos os esforços empreendidos pelos agricultores, mas chegam em dados pontos que não conseguem ultrapassar pois já não

dependem de seus corpos e mentes, mas de poderes que vão além deles.

Organização social e a comercialização de produtos da AF

Durante as atividades de pesquisa e extensão dois elementos ficaram em destaque como os desafios mais significativos ao desenvolvimento da agricultura familiar em moldes ainda mais produtivos: a organização social e a comercialização de suas produções.

O organização social pode ser compreendida como o processo de união e trabalho visando objetivo comum.

Uma relação social denomina-se ‘relação comunitária’ quando e na medida em que a atitude na ação social-no caso particular ou em média ou no tipo puro –repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. (WEBER, 1973).

Nos assentamentos visitados, essa relação comunitária apresenta-se limitada, o que prejudica a atuação dos agricultores como um ente social mais fortalecido. Quando há coesão entre os agricultores muitas ações são realizadas de forma cooperativa e os resultados são multiplicados. Contudo, apesar de saberem disso, pois os próprios agricultores destacam a imprescindibilidade dessa união entre eles, tal contexto ainda se mostra enfraquecido, com ações pontuais, de baixo impacto.

Comerciliar seus produtos é para o agricultores uma das formas de empoderamento e autonomia, contudo, em Nova Xavantina, os produtores enfrentam desafios que os impedem de chegar a este ponto.

Para comercialização de diversos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, faz-se necessário cumprir a legislação sanitária vigente, para que seja garantida a segurança do produto destinado ao consumo humano, mesmo que não seja comercializado.

Em linhas gerais, todo produto de origem animal, inclusive, leite, mel e ovo precisam passar por serviço de inspeção, que dependendo da região comercializável será municipal, estadual ou federal:

- Serviço de Inspeção Municipal (SIM) – produtos comercializável somente no município.
- Serviço de Inspeção Estadual (SIE) – produtos comercializável a nível estadual.
- Serviço de Inspeção Federal (SIF) - produtos comercializável em todo território nacional, com a possibilidade de exportação.

No município de Nova Xavantina desde de 2020, a lei municipal nº 2.219 intitui o

Serviço de Inspeção Municipal de origem animal (SIM) junto a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento. No entanto, somente em 2022 com o Decreto nº 4593 a lei foi regulamentada com todas as normas sanitárias que devem ser preenchidas por abatedouros frigoríficos e estabelecimentos, que se dediquem ao abate, industrialização e transporte de carnes de demais produtos de origem animal.

Apesar da publicação do decreto municipal em 2022, ainda em 2023 nenhum dos 7 assentamentos visitados haviam obtido o registro junto ao SIM. Afetando de forma negativa os resultados que são esperados por exemplo na participação de alimentos oriundos da agricultura familiar nos programas nacionais como o PNAE e PAA.

Sem essa certificação o fomento no aumento da produção do gado leiteiro ou de corte, a criação de galinhas para abate ou de granja de ovos, se tornam inviáveis, pois sua comercialização ficam proibidas junto a vigilância sanitária, podendo o agricultor familiar punido de duas formas, com a apreensão do produto e aplicação de multas.

Resilienciar: “faria tudo dinovo”

Resiliência é a capacidade de continuar a ser e a fazer, mesmo depois de ter passado por situações de crises. Os agricultores que se mantêm em suas terras possuem essa força em si e a alimentam continuamente a partir de uma visão esperançosa que o amanhã será melhor (Foto 4).

Foto 4: Casal de agricultores familiares - Nova Xavantina



Fonte: Agrifampa, 2022.

A última pergunta que geralmente era feita aos agricultores, depois que eles contavam suas histórias de vida, seu trabalho na terra, os desafios e também os momentos felizes era:

“Você faria tudo novamente”? Se as respostas fossem expressas em termos quantitativos poderia-se afirmar que 99% dos agricultores disseram: “sim! eu faria tudo dinovo”. Essa resposta é algo muito forte, que coloca sem dúvidas a profunda relação do agricultor com sua terra, apesar de todos os sofrimentos. Não se pode contudo, naturalizar tais sofrimentos como algo comum a estes espaços e sujeitos, visto que suas raízes encontram-se principalmente em políticas públicas ineficientes ou inexistentes. Vontade de produzir os agricultores têm, saberes para lidar com a terra, muitos! O que falta são estruturas que possibilitem o desenvolvimento de um trabalho contínuo, justo e saudável. Conforme destacado por Favareto e Martins (2022) esses aspectos não ficarão circunscritos no espaço rural, mas farão parte também dos movimentos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esforços empreendidos ao longo da caminhada por viabilizar possibilidades justas e reais de vida para agricultores familiares têm apresentado suas conquistas, encontram-se contudo, longe de chegar ao ponto ideal. Nos casos dos assentamentos estudados neste trabalho, mecanismos elaborados para otimizar processos, conferir segurança e melhorar a vida das pessoas, tanto agricultores rurais quanto consumidores de seus produtos, passam a construir verdadeiras barreiras à expansão das propriedades rurais. Os produtores possuem capacidade de produção, conhecimentos, a terra, na maioria dos casos pessoas para trabalhar, mas esbarram nos licenciamentos necessários à livre comercialização de produtos, deixando os agricultores em posição de insegurança, instabilidade financeira, dependência na venda do leite, limitação de sua capacidade produtiva e desânimo.

A geração desses dados são de suma importância para que tanto o poder público, quanto agricultores possam conhecer o cenário atual e traçar estratégias para mitigação dos desafios existentes, pois acredita-se que o ato/processo de poder comercializar o que se produz confere empoderamento aos agricultores e fortalece sua capacidade de resistir às dificuldades e crises, em suas mais diferentes formas.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm.

Acesso em 01 de julho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11476.htm#art32. Acessado em 01 de julho de 2023.

BUSCHBACHER, R. et al. A construção de um programa interdisciplinar de pesquisa e extensão sobre agricultura familiar: integrando os conceitos de resiliência e sistemas socioecológicos. In: OLIVAL, A. A. et al. (Eds.). Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense. 1. ed. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2021. p. 11–35.

CALDEIRA, Regiane.; FAVA, Bruna. M. Comida: uma contadora de histórias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA, 8., 2016, Campinas. Anais [...]. Campinas: Unicamp, 2016. p.1-17. Disponível em: <<https://www.cmu.unicamp.br/viiieminario/wp-content/uploads/2017/05/Comida-uma-contadora-de-historias-REGIANE-CALDEIRA-BRUNA-MENDES-FAVA.pdf>>. Acesso em 05 de out. de 2017.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; PINTO, Odilon. Festas culturais: tradição, comidas e celebrações. In: ENCONTRO BAIANO DE CULTURA – EBECULT, 1, Salvador. Anais eletrônicos [...], Salvador: FACOM/UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais_mercia.pdf>.

FAVARETO, Arilson MARTINS, Rodrigo Constante. Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura. Brasileiros** . v.30, n.2, 2022.

FIÚZA, Ana Louise Carvalho. A aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** . jul-dez 2022, v. 30, n. 2, p1-23. 23p.

FERREIRA, D. L.; Brussio, J. C.; RODRIGUES, E. M.; SANTOS, M. J. F. A CULINÁRIA DO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: perdas e danos do patrimônio cultural quilombola. Kwanissa, São Luís, n. 3, p. 4-23, jan/jun, 2019.

RODRIGUES, C.; BUSCHBACHER, R. Resiliência do quê: compreendendo a diversidade da agricultura familiar no norte e noroeste de Mato Grosso. In: OLIVAL, A. A. et al. (Eds.). . Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense. Cáceres: UNEMAT, 2021. p. 36–69.

WEIHS, M.; OLIVAL, A. A. Entre ameaças e oportunidades: a construção da resiliência da agricultura familiar na fronteira agrícola da Amazônia mato-grossense. In: OLIVAL, A. D. A. et al. (Eds.). Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense. Cáceres: UNEMAT, 2021. p. 70–104.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Agricultura Familiar. 2019.

PLOEG, J. D. Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar: Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

POULAIN, J. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

MATOS, C. L. A importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. 2021. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia baiano, Serrinha, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GAZOLLA, M. O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. 2004. 17f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Constantina, 2004.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. Comunidade e Sociedade. São Paulo: Nacional, 1973.